

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos
de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

24.^a Reunião
(11 de setembro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 10 horas e 16 minutos.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho (ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 2000 a 2003) prestou esclarecimentos aos Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Afonso Oliveira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 11 horas e 43 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 16 minutos.

Temos connosco, para esta audição da manhã, o Sr. Dr. Manuel Antunes Frasquilho, a quem agradeço, em nome de todos, a disponibilidade para comparecer nesta nossa Comissão de Inquérito.

Como sabemos, o Dr. Manuel Frasquilho foi Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, todavia, num período mais remoto em relação ao ciclo temporal que abrange os trabalhos da nossa Comissão. Se a nossa informação estiver correta, o seu mandato cessou em 2003 e, portanto, num momento que quase coincide com o âmbito temporal objeto da nossa Comissão de Inquérito.

Peço ao Dr. Manuel Frasquilho que, em todo o caso, se dirija no início à Comissão, nos termos em que considerar oportuno e depois os Srs. Deputados considerarão alguma questão que queiram colocar.

Renovando os meus cumprimentos, tem a palavra, Sr. Dr. Manuel Frasquilho.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho (ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 2000 a 2003): — Antes de mais nada, muito bom dia.

Fui para o Metropolitano de Lisboa na sequência do célebre acidente do Terreiro do Paço. Eu estava como Presidente da REFER, fui o primeiro Presidente da REFER e fundador, naquele processo de separação, e estava na REFER quando fui «desviado» para tratar do problema do Metropolitano no Terreiro do Paço e do acidente que lá houve.

Recordo-me perfeitamente de que, dada a minha licenciatura em Finanças e o meu currículo profissional, tinha a responsabilidade pela área financeira do Metropolitano de Lisboa. Portanto, não obstante todas as decisões deste tipo serem assumidas em Conselho de Administração, independentemente de ser o presidente, sou também o responsável pela área financeira.

Nesse período, ou seja, no contexto desse mandato, que começou, como foi referido, perto de 2000 e terminou, como foi referido, em 2003, em finais de setembro de 2003, foram feitas efetivamente algumas operações de *swap* associadas à parte das infraestruturas. Foram feitas — salvo erro, daquilo que consegui pesquisar, e em conversa com o ex-diretor financeiro e meu diretor financeiro na altura, que hoje também está reformado, o Dr. José de Mello —, efetivamente, seis operações ligadas a processos de financiamento do BEI e que, portanto, tinham a ver o desenvolvimento de infraestruturas e duas operações que estavam associadas ao material circulante, com a DB Export, que era a *leasing company* do Deutsche Bank.

As operações feitas foram-no sempre com base na Euribor. Portanto, tratava-se, pura e simplesmente, de trocar taxas fixas por variáveis ou variáveis por fixas em função das perspetivas que tínhamos da evolução da Euribor, nomeadamente da Euribor a seis meses.

Portanto, todo o trabalho foi feito e desenvolvido nessa perspetiva que aconteceu em termos de... Desconheço a realidade do resultado, a não ser aquilo que tem vindo a ser publicado ou reafirmado pela imprensa sobre os prejuízos decorrentes das operações de *swap* e todas estas situações.

Não sei como é que foram calculados esses valores todos... Penso que terão sido feitos — de outra maneira não têm significado ou não são válidos — durante o período da operação. E porquê? Porque as taxas de

juro, e nomeadamente as bases Euribor, têm evolução... Eu tive o cuidado de ir ver a evolução das taxas da Euribor a seis meses, que eram as operações que foram feitas desde 2000 até 2011, e tenho aqui, anexo às minhas notas, o gráfico da evolução dessas taxas que me permite olhar para isto e ter aqui, perante as perspetivas do que eram os *swaps*, situações em que eu ou, melhor, o Metropolitano perde dinheiro e situações em que o Metropolitano ganha dinheiro.

Portanto, não sei como é que foram calculados os valores que foram referenciados. Penso que, obviamente, tecnicamente, tem de ser sobre o período atual e não apenas a partir de agora para o futuro.

Devo dizer ainda que o Metropolitano de Lisboa, como a generalidade das empresas de que o acionista é o Estado, está sujeita a fiscalização normal e natural, porque tem auditores externos, porque tem a Inspeção-Geral de Finanças que faz a apreciação da atividade e das contas e porque, pelo menos, periodicamente, tem também a presença do Tribunal de Contas, que, no caso do Metropolitano de Lisboa, e por esse período, nos acompanhou bastante, fiscalizando quer a situação decorrente do processo do Terreiro do Paço quer a situação global em termos do desenvolvimento dos projetos que existiam, nomeadamente na área da bilhética, do fecho da rede e de todas essas coisas.

Portanto, não encontro e não me recordo de haver uma qualquer referência negativa à realização destes *swaps* por parte desses auditores externos, da Inspeção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

Por outro lado, e sem pretender criticar ninguém, apenas constatando a informação, o Metropolitano de Lisboa produzia os seus relatórios anuais, como é natural, relatórios esses que eram auditados, que eram trabalhados dessa maneira e que eram enviados às tutelas, nomeadamente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Secretário de Estado das Finanças.

Portanto, também nesses eram aprovadas as contas sem que houvesse sequer uma qualquer interrogação em relação aos *swaps* que tinham sido feitos. Não pretendo com isto alijar eventuais responsabilidades ou culpas minhas — não é esse o caso! —, mas apenas constatar uma realidade que existe e que, penso, deveria merecer alguma ponderação.

Devo referir ainda uma questão que me parece tem sido referida, pelo menos vi-a já citada, que era a de que haveria «chantagem» das instituições financeiras em relação a estas empresas.

Devo dizer que nunca senti uma pressão que me leve a classificá-la como «chantagem». Nunca o senti! Não obstante, também devo dizer que não sou ingénuo e que, no contexto das operações financeiras, estas empresas são (ou eram, pois, hoje, eventualmente, a situação é capaz de ser diferente, pelo menos, a perspetiva é a de que possa ser diferente) forçadas a ter de tratar da situação financeira, independentemente dos resultados que tinham, ou não, e, naturalmente, havia um relacionamento preferencial com determinados instituições financeiras — eram as instituições que conosco trabalhavam, a quem nós batíamos à porta para arranjar dinheiro, eventualmente até para pagar salários, e muitas outras coisas, e, portanto, naturalmente, havia um relacionamento e uma consideração que, diria, pode ser interpretada como alguma pressão. Mas ficamos por aí, porque nunca ninguém me encostou à parede, nem o fará com certeza. Habituei-me muito, quando era mais novo, a olhar as coisas de frente e olhos nos olhos, visto que, a uma dada altura, tive a aventura de ser pegador de touros e habitei-me a fazer isto e, portanto, nunca permitiria que alguém me viesse chantagear, fosse quem fosse, para fazer uma determinada operação.

De qualquer maneira, reconheço que, se tivesse de vender um produto, tentaria vendê-lo e forçar o máximo possível para que esse

produto fosse comprado pelo cliente. Isto parece-me perfeitamente normal em termos de *marketing*.

Era isto que, de início, tinha para vos dizer. De qualquer maneira, estou à vossa disposição.

O Sr. Presidente; — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Feita esta exposição inicial, vou passar a palavra aos Srs. Deputados e, de acordo com o nosso esquema de rotação, a palavra começa por caber à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Dr. Manuel Antunes Frasquilho, muito obrigada pela sua presença nesta Comissão.

Creio que nesta nossa audição, dado o período temporal em que o Sr. Doutor esteve à frente do Metropolitano de Lisboa, torna-se, para nós, particularmente relevante o facto de 2003 ser o ano que é indicado — e é, aliás, o ano de análise da nossa Comissão de Inquérito — como aquele em que mais *swaps* são contratados por parte das empresas públicas e também no Metro de Lisboa.

Por isso, talvez a nossa questão e a importância da sua presença hoje tenham a ver essencialmente com o perceber que, em 2003 — reportando a nossa análise a 2003, 10 anos antes —, os riscos que foram calculados, presumo, para esta contratação não evidenciam de forma alguma a situação a que chegámos 10 anos depois. Por isso, temos dito nesta Comissão que é muito fácil fazer análises *a posteriori* sobre a complexidade, ou não, destes instrumentos.

Perante a sua presença, a questão do Partido Socialista é perceber se, por um lado, o recurso a estes instrumentos levava a ditar que hoje a situação de mercado fosse a que é, pelo que pedimos a sua análise.

Por outro lado, pergunto se, quando contratou estes *swaps*, havia, por parte da tutela — e, como o Sr. Doutor disse, havia duas tutelas, quer a tutela financeira quer o Ministério dos Transportes — alguma indicação para que se contratasse este tipo de instrumentos ou se havia alguma fiscalização por parte da tutela sobre estes instrumentos.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frاسquilho: — Em relação à primeira questão, como lhe disse, tínhamos as perspetivas, eventualmente, que acompanhavam regularmente as evoluções dos mercados ao nível das Euribor. Portanto, a perspetiva que existia, em termos das taxas de juro base, no caso da Euribor, era a de que elas iriam subir. E se se olhar para o gráfico de há pouco verifica-se uma alteração, ou seja, entre 2003 e 2005, há um queda brusca da Euribor a seis meses e, a partir de 2005, ela sobe, situando-se quase no limite dos 5%, partindo de dois vírgula tal.

Portanto, a perspetiva que existia era de que havia um crescimento da Euribor. Claro que depois, a partir de 2009, há uma queda brusca, mas penso que não vale a pena estar a referir o porquê destas coisas todas... VV. Ex.^{as} sabem melhor do que eu o que se terá passado, a partir destas situações todas que hoje vivemos em Portugal e na Europa.

Efetivamente, a perspetiva que tínhamos era a de que relevava este jogo de substituição da taxa de juro, nalguns casos com uns *caps* que eram fixados e geridos por nós, e, portanto, que valia a pena fazer esse movimento.

Quanto à questão das tutelas, devo dizer que não é verdade. Nunca nenhuma das tutelas, nem a tutela técnica, o Ministério das Obras Públicas e Transportes, nem a tutela financeira levantou qualquer dúvida ou lhes foi

solicitada qualquer autorização para fazer este tipo de operação. Portanto, a responsabilidade é da gestão da Metro, até porque a gestão deste tipo de processos era uma gestão financeira que tinha a ver com o curto prazo e com movimentos de tesouraria, mais do que uma perspectiva de longo prazo, que, naturalmente, era considerada. Do que me recordo, e confirmei junto do diretor financeiro, das operações que foram feitas naquele período, seis delas são operações sustentadas em financiamentos feitos pelo BEI para infraestruturas e apenas duas delas são financiadas...

Devo dizer ainda que, deste total de oito operações que fizemos nessa altura, salvo erro e omissão, apenas se mantêm em vigor duas, porque todas as outras já foram liquidadas por vida natural das operações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Tem-se falado muito nos últimos tempos da classificação de *swaps* e se esta contratação assume uma natureza de garantia ou uma natureza especulativa, e isso torna-se relevante, daí a existência desta Comissão de Inquérito.

A minha pergunta é se, quando o Sr. Doutor contratou estes instrumentos, eles assumiram uma natureza de garantia de cobertura das taxas de juro e, por isso mesmo, também, de garantia de financiamento da empresa ou se assumiram uma natureza especulativa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Tenho alguma dificuldade em classificar a questão como especulativa ou não especulativa.

Tratou-se, pura e simplesmente, de gerir um processo em que a perspetiva que tínhamos era a de que, efetivamente, a subida da Euribor justificava este tipo de operações. Porquê? Porque ficava mais barato ao Metropolitano de Lisboa o suporte dos financiamentos que tinha feito para aquisição e material circulante e para as obras de infraestruturas.

Se isto é especulação, a pergunta que terei de fazer é: especulação de quem? Nossa ou do banco? Diria que talvez dos dois, no final, porque, quando estou a fazer uma operação destas, também posso estar numa perspetiva de «eu consigo reduzir os custos associados a isto, mas talvez possa ganhar também algo com estas operações»... Portanto, não recuso, claramente, que possa ter tido algum contexto de gestão pessoal de tentativa de especulação a quem me estava a fornecer o processo; a outra parte penso que fará o mesmo, com certeza.

Portanto, tenho alguma dificuldade em dizer-lhe... A especulação, aí fico um bocado...

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): - Sr. Doutor, como imagina, também nós temos alguma dificuldade em perceber a complexidade ou a toxicidade dos produtos em causa e, por isso, das suas palavras, posso deduzir que a sua expectativa, quando contratou estes instrumentos, não era a de obter receitas mas, sim, a expectativa de garantir o financiamento e os limites de despesa.

Está correta esta interpretação?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: - Sem dúvida nenhuma.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): - Sr. Doutor, agradeço a sua presença e não vou esgotar o tempo de que disponho, porque creio que estas eram as questões essenciais a serem colocadas, ou seja, perceber da complexidade ou não dos produtos, perceber a natureza dos *swaps* que foram contratados e, sobretudo, perceber que, no início desta década de contratação de *swaps* por parte das empresas públicas, 2003 é um ano marcante, mas é o ano em que, diria, o Sr. Doutor, como aqui referiu, não tinha expectativa nenhuma de obter receitas ou de fazer qualquer tipo de contrato especulativo; tinha apenas e só a intenção de obter financiamento para a sua própria empresa.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: - Sr.^a Deputada, efetivamente, estou inteiramente de acordo com a interpretação que fez das minhas palavras.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar os colegas e o Sr. Dr. Alcindo Antunes Frasquilho, aqui presente.

Sr. Doutor, nós, nesta Comissão de Inquérito, não somos - eu, pelo menos, não sou - entendidos neste tipo de produtos e o que queremos (aliás, é o que está no objeto desta Comissão) é perceber as responsabilidades,

sendo certo que, de acordo com a doutrina quer do Banco de Portugal, quer da CMVM, quer do Tribunal de Contas, por parte dos administradores públicos deve haver uma gestão prudencial, pelo que as minhas perguntas não visam saber se o que fez foi especulativo ou não mas, sim, saber se foi prudencial ou não, tanto mais que muitos destes contratos ultrapassam o seu mandato.

Na verdade, quando assumimos uma responsabilidade, que vai para lá do nosso mandato, essa gestão prudencial torna-se mais evidente e aqui é importante saber se quem tomou a decisão naquele preciso momento, com os dados que tinha, fez o melhor que podia e sabia, sabendo-se que a tutela nada tinha que ver, porque já chegámos à conclusão, pelo que nos foi dito quer pelo Ministro da Finanças quer pela tutela setorial, que este é um ato meramente de gestão dos conselhos de administração... Aliás, o ex-Ministro das Finanças chegou a dizer: «Bem, nós não queríamos um *Big Brother* sobre as empresas; portanto, confiámos...», o que aumenta a responsabilidade dos gestores públicos.

Portanto, a minha pergunta é a seguinte: na assinatura destes contratos com esta duração, onde a previsibilidade, de facto, nem com bola de cristal se adivinharia o que é que aconteceria, se estavam perfeitamente confiantes e certos do que estavam a assinar, se conheciam toda a informação, porque acabou por nos dizer que nunca se sentiu pressionado pelos bancos - portanto, não posso aqui concordar quando se diz que há assimetria de informação - que se sentiu perfeitamente confortável, se tinha toda a informação, se solicitou à tutela algum tipo de ajuda ou não, embora eu reconheça que no período em que V. Ex.^a geriu havia um «apagão» de informação e de fiscalização.

Assim sendo, gostava de perceber o contexto em que os senhores tomavam estas decisões e se, inclusivamente, faziam testes do pior cenário

possível para poderem perspetivar o que poderia acontecer.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: - Sr. Deputado, em relação à questão da gestão prudencial, concordo inteiramente com o que disse e quero dizer-lhe que, dentro do possível, procurámos fazer, efetivamente, uma gestão prudencial.

Claro que, nessa altura, e penso que, de alguma forma, a situação se mantém, infelizmente, havia que fazer e desenvolviam-se um conjunto de ideias e até de programas que, em muitos casos, exigiam à empresa esforços financeiros significativos sem que da parte da tutela e do Governo - fosse ele qual fosse e, portanto, não é uma questão do governo *a, b* ou *c*, pois o comportamento era o mesmo - fossem assumidas responsabilidades financeiras decorrentes de determinado tipo de obras que era preciso fazer e que, em alguns casos, eram precisas fazer até sem que os processos, os programas e muitos dos projetos tivessem a adequada consolidação - utilizando agora o mesmo termo - prudencial, inclusive, em relação ao desenvolvimento da obra, daí algumas situações como a do Terreiro do Paço que aconteceu e muitas outras que, felizmente, foram resolvidas a tempo.

Portanto, quanto à gestão prudencial, eu diria que sim; quanto à intervenção da tutela, como já afirmei, não, nunca houve, não recebi da parte quer da tutela técnica, chamemos-lhe assim, quer da tutela financeira qualquer autorização; não foi pedida qualquer autorização, nem me foi colocada qualquer restrição ao desenvolvimento deste processo.

Como já referi, também as tutelas aprovavam relatórios e contas do Metropolitano de Lisboa onde essas operações eram relatadas, eram

auditadas por auditores externos, eram auditadas pela Inspeção-Geral de Finanças e, em alguns casos - e o último de que tive conhecimento já com o Eng.º Mineiro Aires, que me substituiu que teve a gentileza de me dar a conhecer - pelo Tribunal de Contas, sendo que, em relatório por ele produzido, nada consta em relação a essa situação, o que significa, efetivamente, que toda a inspeção que foi feita àquele período a que eu presidi (e penso que em continuação nos períodos seguintes) não puseram em causa a gestão prudencial que era feita em relação a estes derivados.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Doutor, é verdade, só que, de facto, o que aconteceu foi que em 2006 quando se fez o primeiro relatório do setor empresarial do Estado e quando soubemos pelo relatório da Inspeção-Geral das Finanças, de 2008, salvo erro, que fez a análise desses instrumentos, embora se considere que os resultados até à data eram positivos, fez-se um conjunto de alertas.

No caso do Metro de Lisboa dizia-se (e cito): «O resultado das operações de *swap* à taxa de juro tem-se refletido positivamente nos resultados, tendo-se traduzido em 2007, por exemplo, num benefício financeiro de 54 milhões de euros, implicando uma taxa média de financiamento da empresa de 4,64%...», alertando-se para o facto de a gestão do Metro não ser cuidada e de a gestão desses instrumentos comportar riscos.

Ou seja, da gestão de V. Ex.^a não temos nenhum relatório que suporte uma avaliação, mas, posteriormente, foi feito um alerta.

Assim, olhando para os *swaps* que fez e se diz que a gestão foi prudencial, há aqui uma coisa que me ultrapassa e que é o seguinte: se o

que pretendia era garantir taxa fixa - e eu olho para um *swap* como alguém que quer ter um seguro sobre um contrato que assinou, ou seja, que quer que o contrato permaneça tal e qual à data de assinatura, aconteça o que acontecer, não quer nem ganhar nem perder -, a verdade é que V. Ex.^a fez alguns assim, nomeadamente aqueles que o IGCP classifica como *plain vanilla*, que são simples, que são meramente de seguro para os riscos que possam advir, mas também fez outros em que tal não acontece.

Por exemplo, o IGCP classifica um *swap* de 31 de julho de 2002, como o n.º 16, ou um de 25 de setembro de 2002, que tem um nocional de 92 497 e que apresenta um prejuízo de valor de *mark-to-market* a 31 de dezembro de 2012 de 52 810, ou seja, é aquilo a que se chama um rombo nas contas do Metro e um rombo nas contas dos contribuintes portugueses, se bem que, depois, este *swap* tenha sido reformado.

Agora, o que eu pergunto é se VV. Ex.^{as} tiveram essa previsão e o que é que explica que, numa gestão prudencial, haja estes dois tipos de instrumentos. Porque é que a mesma administração - e, volto a dizer, que já houve aqui quem dissesse que houve pressão por parte dos bancos, no sentido de dizerem que se não houvesse contratos *swaps* não haveria financiamento, mas V. Ex.^a disse que essa situação não aconteceu convosco -, então, o que aconteceu para a mesma administração ter feito outros *swaps* que não aqueles simples, lineares, que, de facto, estão dentro da gestão prudencial, que é a de dizer: bom, eu quero ter um financiamento e quero ter a garantia de que isto não muda e, portanto, fico-me por aqui?

O que é que o levou a fazer outro tipo de instrumentos? Mais financiamento? Porventura, aceitou correr riscos, porque tiraria daí alguma vantagem? Acontece que, como diz o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, no início tinham grande rentabilidade e foi isso apenas que o preocupou, deixando para mais tarde a responsabilidade para terceiros?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: - Sr. Deputado, não!

A questão tem a ver com as nossas perspetivas de evolução da taxa de juro e, portanto, se nós, como referi, podíamos, por via de uma reformulação da parte das taxas de juro, que eram aplicadas ao contrato que tinha sido subscrito, «fazer» algum dinheiro a favor do Metro utilizando esses instrumentos, nós fazíamos-lo.

Portanto, se olhar para a evolução das taxas de juro de 2002 até 2007, verá que há um *breakdown* significativo entre 2003 e 2005, mas a seguir há uma subida significativa e a taxa de juro a seis meses situa-se na ordem dos 5%.

Portanto, o jogo fazia-se nessa perspetiva e tinha a ver também... É porque, como sabe, nessas operações o que acontece é que o Metropolitano paga um determinado valor, ou a empresa paga um determinado valor, em termos da taxa de juro que tem contratada no financiamento e vai receber um determinado valor em função do contrato *swap* que fez e isto dá-lhe ou pode dar-lhe aqui um diferencial de tesouraria que, do ponto de vista de uma empresa que tem dificuldades de funcionamento, é importante.

Aliás, o caso do Metropolitano de Lisboa é um paradigma significativo, pois continuamos hoje com a mesma situação, ou seja, a distribuição das receitas resultantes do passe social existente é um prejuízo significativo para o Metropolitano de Lisboa, porque à medida que a rede do Metropolitano se vai expandindo e como não é alterada a distribuição dessas receitas o que acontece é que o Metropolitano de Lisboa está a transportar pessoas sem receber receita equivalente.

Ora, o que é que isto significa? Significa que, do ponto de vista de

tesouraria, temos de procurar encontrar alternativas e houve várias tentativas de clarificação de tudo isto - e o próprio Tribunal de Contas refere-o -, havendo uma clara separação das contas para mostrar, efetivamente, o que tinha sido feito e aquelas que eram as responsabilidades do serviço público, porque há aqui questões ligadas à responsabilidade do serviço público, que continuamos, efetivamente, a não tratar de forma organizada e eficiente.

E este é um dos problemas que se reflete, depois, sobre a tesouraria de algumas das empresas, que são forçadas, obviamente, a entrar num jogo de tesouraria, quer em termos de prazos de pagamento com fornecedores, quer em termos de gestão financeira deste tipo de situações, que levam, eventualmente, a depois acontecerem determinado tipo de situações.

Agora, as perspetivas que existiam não eram estas e verifica-se, claramente por via desta evolução da taxa de juro a seis meses, que havia algum suporte para se poder fazer este tipo de operações.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Sr. Doutor, isso é verdade.

Eu reconheço que as empresas tinham dificuldades, mas não é disso que estamos a falar. Reconheço que, de facto, as indemnizações compensatórias deviam ser melhores, que a chave de repartição devia ser revista, que devia adequar-se a oferta à procura, que quer o Metro quer a Carris tinham problemas desses, mas não é disso que estamos a falar, esse é um outro assunto - aliás, até reconheço que no tempo de V. Ex.^a não havia sequer um contrato de gestão com as empresas, mas, repito, não é sobre isso que estamos a falar.

É porque, creio, esses problemas resolviam-se com a tutela ou se

dizia: bom, isto não é possível e a tutela tem de resolver..., é preciso saber o que é que é serviço público ou o que não é..., quem paga e quem não paga...; agora, o problema é da responsabilidade e saber se a assinatura deste tipo de contratos que, por exemplo, põe hoje o Metro de Lisboa com um endividamento de 4,186 milhões e o valor destes produtos de risco de gestão financeira equivalem a 29,6% - e estamos a falar de 75% do total das perdas de *swaps* estão no Metro de Lisboa, embora não sejam na totalidade da sua responsabilidade -, mas estamos perante um cenário em que essa tal prática de dizer que «Bom, nós não tínhamos da tutela nenhum financiamento suficiente e éramos obrigados ao serviço público, fomos assinando contratos *swaps*» e alguns deles até com essa tentação que pode configurar jogo de casino, que é a de dizer que se tenho mais financiamento correndo aqui um pouco de risco e as previsões não me parecem ser graves, então eu vou assinar este contrato...!

Ora, é aí que nós queremos saber como é que isso é feito: se, de facto, havia *stress tests* do pior cenário, se havia cuidado em saber que as previsões podiam falhar e, portanto, era melhor ser cuidadoso, porque o dinheiro não era nosso, era dos contribuintes; se um gestor pode fazer a assinatura de um contrato, ainda por cima, sendo a própria empresa a fazer esses estudos... Ou não foi a própria empresa que fez os estudos? Quem é que fazia os estudos das previsões das taxas de juro? Era a Metro, ou era o banco, ou era uma entidade especializada que fazia esses estudos?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: - Sr. Deputado, sobre quem fazia esses estudos - e hoje é comum isso acontecer -, posso dizer-lhe que qualquer pessoa pode ter acesso a muita informação do ponto de vista

do mercado financeiro quer por via do banco central quer por via do Banco Europeu de Investimentos, onde tínhamos acesso àquelas que eram as perspectivas de evolução das taxas de juro e, portanto, era com base nas análises que nós internamente fazíamos na direção financeira do Metropolitano de Lisboa e que, depois, eram suportadas e apresentadas ao Conselho de Administração, nomeadamente por mim, em termos da sua defesa e esses gráficos todos e essas análises todas sobre aquelas que eram as previsíveis evoluções das taxas de juro levaram à subscrição deste tipo de operações.

Como eu disse há bocado, das oito operações, seis delas já desapareceram, portanto, não sei se farão parte dos cálculos dos prejuízos, porque, como lhe disse, não sei como esses prejuízos foram calculados, pelo que desconheço o que lá está... Devo dizer-lhe que tenho algumas dúvidas em olhar para esses valores e aceitar de imediato as contas feitas dessa maneira, mas não pretendo contestá-las, porque não conheço as bases com que elas foram elaboradas... Portanto, não sei se estamos a considerar valores a partir apenas de uma determinada altura, ignorando aquilo que era a realidade dos contratos, porque o contrato tem de ser visto na totalidade e não apenas numa parte, porque há zonas onde se ganha e zonas onde se perde...!

Depois, há uma outra questão aqui no meio deste processo. Como referiu e é verdade, não faz parte dos trabalhos dos Srs. Deputados fazer a apreciação sobre a situação económico-financeira, operacional, etc., do Metropolitano de Lisboa, mas o que é facto é que essa situação tem efeitos significativos sobre a situação que VV. Ex.^{as} estão a apreciar.

Isto porque é óbvio que uma empresa que tem de fazer as obras, que tinha de fazer, de expansão da rede, que tinha que, efetivamente, suportar o funcionamento da rede que estava em funcionamento - e não nos podemos

esquecer que a rede do Metropolitano de Lisboa na altura em que começou foi exatamente em concorrência com os autocarros da Carris, e que, por isso, se fez o metropolitano de Lisboa na parte central da cidade de Lisboa, Avenida da Liberdade e por aí fora... Ou seja, a expansão do metropolitano, a rotação do metropolitano e a existência de uma rede do metropolitano começou a ser programada na altura do Sr. Eng.º António Martins, Presidente, a quem eu sucedi depois nesse processo todo para que efetivamente houvesse uma rede...

Ora bem, a pressão para fazer todos esses investimentos significava, efetivamente... É porque não nos podemos esquecer de que nós íamos buscar dinheiros ao Banco Europeu de Investimento, é verdade, também tínhamos algum apoio da parte dos fundos comunitários, também é verdade, mas tínhamos de entrar com algum dinheiro nacional e quem é que o dava? Era o Metropolitano de Lisboa que tinha de ir ao mercado e tinha de o fazer.

E todas essas situações têm depois reflexos sobre a gestão financeira mais ou menos imediata que tem de ser feita. Como lhe disse, foram feitos estudos, foram feitos levantamentos, foram feitas análises sobre as taxas de juros e concluímos que íamos subscrever esse tipo de... Assumo claramente essa responsabilidade, porque ela não foi das tutelas. Não foram as tutelas que me deram instruções para eu subscrever essas operações, nem a tutela técnica nem a tutela financeira, fomos nós que o assumimos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Doutor, agradeço-lhe as respostas, mas queria, no entanto, colocar-lhe mais uma questão que tem que ver com o que agora acabou de afirmar.

Decorre da audição que fizemos com a CMVM que estas empresas obviamente não têm da parte da CMVM qualquer tutela, mas há um governo societário... Aliás, já não no seu tempo, mas lembro que em 2007 o Governo teve necessidade não só de criar o GASEP (Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado), mas de criar regras para um bom governo societário.

Portanto, o que lhe quero perguntar é se do ponto de vista do interior da empresa, da tomada de posições, qual era o percurso desse tipo de instrumentos. Quem avaliava? Quem tinha obrigação de fazer os estudos? Como é que era tomada a decisão? Isto para percebermos como é que as coisas funcionavam nessa data.

Não vou fazer perguntas sobre relatórios do IGCP, porque já vi que não conhece e, portanto, estaria aqui em assimetria de informação, mas eu gostava de lhe perguntar o seguinte: quer a Inspeção-Geral de Finanças, quer a Direção-Geral do Tesouro e o próprio IGCP consideram que este tipo de contratos - e com isto termino, Sr. Presidente - teve, de facto, outra motivação que não a mera cobertura de risco.

Ou seja, houve aqui outra motivação, pelo que queria que me comentasse essa afirmação, mas o que é importante na minha pergunta é saber como é que era no governo societário a tomada de decisões desse tipo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Normalmente quando aparecia este tipo de operações o que acontecia é que vinham ou por via da direção financeira ou por via de um contacto, portanto, o banco

ou o promotor dessa operação contactavam a direcção financeira, e o assunto depois era-me apresentado, não só como Presidente, mas como responsável pela área financeira.

Uma vez analisada e aceite a situação havia claramente os documentos base para essa operação que eram submetidos a uma decisão do Conselho. Portanto, era o Conselho que aprovava, naturalmente que sob proposta minha e com o meu voto favorável de apresentação para que fosse aprovada a operação.

Noutras vezes sucedia que aparecia isso de forma «invertida», ou seja, era um contato direto comigo no sentido de propor a operação e aquilo que se passava era que a operação passava das minhas mãos para a direcção financeira e depois revertia novamente para as minhas mãos já com a análise toda suportada e devidamente discutida.

Quanto à questão das afirmações que referiu devo dizer-lhe que nunca senti que me estivessem a fazer chantagem. Naturalmente, que percebo que uma instituição financeira seja ela qual for que quer vender um determinado produto e uma determinada operação tente vendê-la. Percebo isso perfeitamente, agora nunca me senti «encostado à parede» no sentido de me dizerem: «Você não tem mais financiamento deste banco se não fizer esta operação». Lamento muito, mas nunca fui confrontado com esta situação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Manuel Alcindo Nunes Frasquilho e agradecer-lhe a disponibilidade para o facto de, 10 anos depois de ter cessado as suas funções, estar aqui a prestar esclarecimentos.

Creio que terá sido presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa desde 2000 até outubro de 2003. Portanto, neste período, e de acordo com informação recolhida na documentação que o Governo nos enviou, o Metro de Lisboa terá contratado nove *swaps* associados a empréstimos do Banco Europeu de Investimento e a um empréstimo obrigacionista através do Merrill Lynch, portanto nove *swaps* e não seis como referiu.

O Sr. Presidente: — Creio que o nosso convidado tinha referido seis mais dois, não foi?

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Sim, mais dois.

Peço desculpa, mas a indicação que eu consegui recolher foi a de que efetivamente tinha seis mais dois. Portanto...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A falha pode ser nossa, mas de acordo com a documentação enviada e com a nossa análise terão sido nove.

Esses nove *swaps* têm estruturas relativamente simples em que o Metro de Lisboa recebe uma taxa fixa até um determinado período, depois indexada à Euribor e paga uma taxa fixa em determinadas condições perfeitamente razoáveis.

Portanto, pergunto-lhe se a estratégia do Conselho de Administração, neste período em que foi presidente do Conselho de Administração, era assumidamente uma estratégia conservadora de apenas optar por *swaps* simples, de estruturas simples, que pudessem ser facilmente compreendidas e cujas consequências pudessem, também, ser aferidas na altura em detrimento de uma estratégia mais arriscada que poderia trazer ganhos imediatos a curto prazo, mas riscos futuros muito elevados.

Assim, pergunto-lhe se o Conselho de Administração definiu uma política conservadora na gestão do risco financeiro contratando apenas *swaps* simples.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Procurava ter uma política não diria que conservadora, mas de segurança ou com a tentativa de ter alguma segurança em relação à operação que ia fazer. Daí fazerem-se as análises, daí acompanhar-se muito claramente o mercado em termos de evolução previsível das taxas de juro, porque havia expectativas muito grandes sobre a evolução das taxas de juro e era a partir daí que se faziam os raciocínios e se assumiam as operações.

Quanto à nona operação que me está a referir, não a conheço, mas vou tentar vê-la e terei todo o gosto em vos comunicar que, se for assim, também me considero responsável, mas, repito, não a conheço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Perguntei-lhe isto porque, depois do período que se seguiu à sua saída do Metro de Lisboa, a partir de 2003, a estratégia parece ter mudado e de uma estratégia mais conservadora e de controlo dos riscos passou-se a uma estratégia muito mais arriscada.

E afirmo isto com base na seguinte análise: desses *swaps* referidos, os nove que encontrámos - mas poderão ser oito, a falha poderá ser da nossa análise -, seguindo o percurso deles até à atualidade, sete encontravam-se «vivos» no dia 31/12/2012. Desses sete três eram *swaps*

simples contratados em 2003 e que não sofreram qualquer reestruturação, continuaram *swaps* simples até finais de 2012, eram *swaps* do tipo *vanilla*.

E as perdas que esses *swaps* acumulavam em 31/12/2012 era de cerca de 10 milhões de euros, uma média de cerca de três milhões de euros por *swap*. Mas quatro dos restantes *swaps*, dos sete que estavam «vivos», foram reestruturados nos anos seguintes, 2006, 2007, 2010 e passaram a ter estruturas do género *snowball* ou *algorithmic strategy*.

E esses quatro *swaps* foram reestruturados para estruturas muito mais complexas que poderiam trazer vantagens a curto prazo, mas a longo prazo riscos muito grandes que se materializaram. Esses quatro *swaps* acumulavam 295 milhões de euros de prejuízo.

Ou seja, enquanto os três *swaps vanilla* em média acumulavam cada um três milhões de euros de prejuízo, os quatro simples que foram reestruturados para complexos tinham, na mesma data, acumulado, em média, 73 milhões de euros cada um de prejuízo.

Portanto, penso que isto mostra claramente as consequências da mudança de estratégia, como já referi, de uma estratégia conservadora, de controlo dos riscos para uma estratégia arriscada com a contratação de *swaps* muito complexos e de elevado risco que acumulam prejuízos elevados.

Obviamente, que estas reestruturações não são da sua responsabilidade, já são feitas alguns anos depois de ter saído, mas eu gostava de lhe pedir um comentário sobre esta mudança de estratégia e as consequências que ela teve para o Metro de Lisboa, nomeadamente perdas potenciais tão elevadas que, em 31 de dezembro de 2012, eram na ordem de 1400 milhões de euros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Lamento muito, mas vou ter de responder com uma não resposta e porquê? Por uma razão simples: tenho assumido pessoalmente — ou assumi enquanto desempenhava funções em várias empresas de vários setores ligadas ao Estado — o princípio de que quando saía da empresa não queria saber mais o que se passava lá dentro. E porquê? Por uma razão simples: considerava eu que era uma questão de sanidade mental sob pena de às duas por três ou ter de ir para a imprensa comentar aquilo que os meus sucessores estavam a fazer e com o que eu não concordava ou ter de entrar num conflito qualquer que me alterava a minha calma, o meu sossego e a minha vida.

Portanto, quem fez e porque fez, lamento muito, mas não vou comentar, até porque devo dizer também que, em abono da verdade, as pessoas que me sucederam, nomeadamente o Eng.º Mineiro Aires e posteriormente outras pessoas, são pessoas que eu respeito e pelas quais tenho muita consideração quer como pessoas quer em termos de competências técnicas. Repito: não quero comentar, porque não conheço a realidade do contexto em que essas decisões foram assumidas. Tenho algumas dificuldades em perceber, ou em assumir, que essas decisões tenham sido adotadas voluntariamente, se quiser, porque realmente como diz algumas dessas operações claramente indiciavam que havia ou podia haver prejuízos significativos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, queira continuar.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Manuel Frasquilho, compreendo que não queira comentar as posições dos seus sucessores no Conselho de Administração, mas fica o registo de que alguns dos *swaps* que foram contratados na sua altura, *swaps* de estrutura simples que provavelmente não acumulariam grandes prejuízos, depois de reestruturados para estruturas complexas e arriscadas registaram prejuízos avultados no valor de quase 300 milhões de euros que confrontam com os 10 milhões de euros de prejuízos dos outros três *swaps* simples que se mantiveram simples até à atualidade.

Gostava, também, de colocar aqui outra questão que tem que ver com as opções tomadas na altura em que foi presidente do Conselho de Administração.

Pegando num contrato típico, troca simples de taxa, por exemplo num contrato com o BES, propunha-se que a Metro pagasse uma taxa de 5,15% e recebesse até 2009 uma taxa de 5,71%, ou seja, superior; portanto, vantajoso para o Metro de Lisboa, mas só até 2009. A partir de 2009 o Metro de Lisboa recebia a Euribor a seis meses e isto só seria vantajoso a partir de 2009 se a taxa Euribor se mantivesse acima dos 5,5%. O BES, neste caso, apresenta aqui uma estimativa na proposta que apresenta à Metro de Lisboa para as expetativas futuras de evolução da Euribor.

E apresenta expetativas de que a Euribor se vai manter nos 30 anos seguintes acima de 5%... Aliás, nós temos de nos situar no tempo: estávamos em 2003 e então, na altura do lançamento do euro, a prioridade da política económica a nível nacional e da União Europeia era de controlo da inflação associado a um corte da despesa pública.

Ora, isto indiciava que com estas prioridades na política económica nacional e da União Europeia, a taxa da Euribor não se iria manter muito alta, nestes valores de 4, 5 e 6% durante muito tempo e, portanto, cairia. E

se caísse o Metro de Lisboa registaria prejuízos porque recebia uma taxa inferior àquela que pagava.

Pergunto se nessa altura não contestaram estas estimativas dos bancos que eram irrealistas e favoráveis a eles, mas desfavoráveis à Metro de Lisboa, e que nesses *swaps* acabaram por se transformar nalgumas perdas recentemente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Estas operações e não sei quê, enfim, demoravam sempre algum tempo, porque havia sempre uma discussão grande sobre os termos das evoluções que nos eram propostas, que nós, pela nossa parte, tentávamos confrontar com outro tipo de evoluções que descobríamos e conseguíamos encontrar, quer junto do Banco Europeu de Investimento, quer junto de outras instituições que forneciam muita informação financeira.

E, realmente, se for ver aquilo que aconteceu, a partir de 2003 há uma estabilização em baixa da taxa de juro a 6 meses, mas, a seguir, ela dispara e, em 2009, chega cá acima, aos tais 5 e tal por cento. Bom, e todos sabemos por que é que cai, ou seja, se as coisas continuassem com a normalidade económica, política, etc., que estavam a ter desde 2005, e por aí fora, a tendência efetiva era de crescimento e estabilização da taxa de juro a níveis elevados e não de uma baixa significativa, como aconteceu, e todos VV. Ex.^{as} sabem por que é que aconteceu. O *crash* aconteceu e teve efeitos, de facto, com a intervenção do Banco Central Europeu, a fixar taxas de Euribor, que, efetivamente, têm mais a ver com o suporte de

funcionamento dos mercados do que propriamente com o realismo ou com a realidade daquilo que deve ser uma taxa de juro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Doutor, de qualquer maneira, prever, em 2003, que, nos 30 anos seguintes, a taxa Euribor se iria manter em valores próximos de 6% era um cenário relativamente irrealista e muito favorável ao banco. E, caso isso não se verificasse, acarretaria perdas para o Metro de Lisboa.

Outra questão que também lhe quero colocar tem a ver com um *e-mail* dirigido por um responsável do banco ao Dr. José Maria Ferreira de Melo — penso que seria o diretor financeiro, quem assinava os contratos *swap* nessa altura. Ele faz aqui uma afirmação que gostaria de lhe ler e, sobre a qual, depois, peço um comentário. Refere esse *e-mail*: «Não consegui resultados que considere, realmente, satisfatórios nas propostas a apresentar (...)». E, depois, faz a seguinte consideração: «Uma das ideias que já me passou era a de fixarmos a taxa, através do fecho de um *swap*, aproveitando a conjuntura de taxas baixas (melhorava logo o nível de *funding*, embora pouco) e, posteriormente, quando as taxas subissem, vendíamos mais caras as opções que melhoravam o *funding*. Quanto mais caras a Metro vender estas opções, mais barata vai ficar a taxa de *swap*». O que este *e-mail*, enviado pelo banco ao diretor financeiro do Metro de Lisboa, indicia é que a estratégia era a de, aproveitando a conjuntura, contratar um *swap* que já sabíamos que até à maturidade não ia ser favorável, não ia ter resultados favoráveis para o Metro de Lisboa, na expectativa de, algum tempo depois, se a conjuntura se alterasse, reestruturar esse *swap* para obter algo mais favorável, o que não estava

certo que se pudesse depois fazer nas condições mais favoráveis para o Metro de Lisboa.

Portanto, pergunto-lhe se era esta a política do Metro de Lisboa: contratar, na altura, algo que não era satisfatório até à maturidade e, depois, mediante a evolução, tentar renegociar para obter o melhor negócio possível e a melhor taxa para o Metro de Lisboa. Era esta a estratégia seguida pelo Metro de Lisboa?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frاسquilho: — Não, não era essa a técnica seguida nem sequer a perspectiva por nós seguida. Nós fazíamos, efetivamente, a nossa apreciação, em função da informação que eles nos mandavam e da que conseguíamos ter e que trabalhávamos, obviamente, para podermos ter uma base mais sustentada daquilo que pretendíamos fazer.

Naturalmente, como lhes disse, há pouco, percebo que, se quero vender um produto, seja ele qual for, tento vendê-lo; se não o consigo vender, por qualquer razão, ponho ali mais à frente uma «cenoura», qualquer que seja, eventualmente, mais atrativa, para fazer passar a operação. Penso que nesse *e-mail* há um bocado essa perspectiva, ou seja, como o Sr. Deputado disse, «não consegui melhorar as condições, mas talvez a gente possa não sei quê...». Pois, não se pode perder o cliente e, portanto, de alguma forma, essa é a expectativa.

Nós não trabalhávamos apenas e exclusivamente com promessas desse género. Se, eventualmente, houvesse essa promessa e ela pudesse ser assumida ou fosse desejavelmente assumida, ela seria traduzida em contrato, com as respetivas responsabilidades das partes, de que havia que

reformular essa operação. E não me consta que exista essa referência nos contratos.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer a presença do Dr. Manuel Frasquilho.

Como percebe, temos aqui uma tarefa um bocadinho ingrata, que é a de analisar 10 anos de contratos e tentar perceber como é que, de repente, este problema assume estas proporções, como é que vai passando pelas mãos de várias tutelas sem que, nunca, ninguém tenha feito nada sobre o assunto, como, em que circunstâncias e sob a decisão de quem é que se assumiram todos estes riscos. E, para além disto, tentamos ainda perceber como é que deve ser gerido o dinheiro público e o que é que, ao longo destes 10 anos, foram decisões tomadas de acordo com princípios de gestão do dinheiro público ou decisões tomadas sem respeito por esses princípios prudenciais de gestão do dinheiro público, na contratação destes *swaps*.

É porque as questões de informação à tutela são sempre questões importantes e, como disse, há pouco, que estes contratos foram refletidos no relatório e contas, pergunto-lhe se, de facto, todos os contratos *swap* que foram feitos entre 2000 e 2003 foram refletidos no relatório e contas de forma autónoma, e refletidos pelo seu justo valor, pelo valor de mercado, ou se constituíram, simplesmente, uma nota à demonstração de resultados como indicação.

Quero também perguntar-lhe se alguma vez informou a tutela ou outro órgão institucional, como a DGTF ou fosse o que fosse, relativamente à contratação destes *swaps*, ou se eles resultaram de uma decisão

completamente autónoma, sem nenhum tipo de controlo ou de obrigação de reporte.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Começando pela última pergunta que me fez, como já havia referido, respondo que não! Foram decisões claramente assumidas ao nível interno do Metro de Lisboa, sem qualquer intervenção ou comunicação expressa e precisa, se quiser, às tutelas.

Por outro lado, isso constava, efetivamente, não lhe sei dizer se em detalhe e com todos os cálculos — era uma questão que teria de ver no relatório e contas —, mas tenho a certeza de que estavam inseridos no relatório e contas, de que os relatórios e contas do Metro de Lisboa referiam claramente esse tipo de operações. Quanto à parte económico-financeira, eles tinham, naturalmente, de surgir, porque era inevitável.

Quem fazia a inspeção de tudo isso, para além dos auditores externos, que emitiam o seu parecer, o qual era anexado, digamos, às contas apresentadas às tutelas, era a Inspeção-Geral de Finanças. A Inspeção-Geral de Finanças instalava-se no Metro, com os seus técnicos, e «escalpelizava», efetivamente, tudo aquilo que era a atividade do Metro, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista económico e financeiro.

Portanto, nunca, em caso algum, foi chamado à atenção de que esse tipo de operações poderia vir a ter este tipo de efeitos. Claro que, como se costuma dizer - enfim, sem brincar com as coisas, mas, às vezes, as imagens são melhores do que as palavras... -, à segunda-feira sei os resultados do futebol e, portanto, posso fazer o Totobola como quiser, sem

qualquer problema; o problema é fazê-lo antes dos jogos, porque aí já é mais complicado e há um risco de não conseguir ganhar.

Aqui, estamos mais ou menos na mesma situação, ou seja, agora é muito fácil a Inspeção-Geral de Finanças vir dizer: «Pois, mas desde 2006 ou 2007 os prejuízos não sei quê, não sei quê...». Bom, e alguém deveria perguntar: «E, antes disso, vocês não detetaram nada?». Não sei!...

Quanto às questões da gestão dos dinheiros públicos, é verdade, nós tínhamos e penso que as pessoas que por lá estão ainda continuam a ter uma responsabilidade tremenda sobre a gestão da coisa pública, sem que esse reconhecimento seja feito. Ou seja, por outras palavras — e não quero que isto seja mal interpretado, porque já estou reformado, com os meus 75 anos já estou de lado, embora continue a trabalhar, porque não paro —, gostava de deixar claro perante esta Comissão o meu desagrado com a forma como vejo tratados os gestores públicos. Somos todos incompetentes, todos feitos com não sei quê, todos, todos, todos, não há um que se aproveite... O último caso verificou-se agora, com o Dr. Silva Rodrigues, que é qualquer coisa de surreal...

E, efetivamente, não questionámos as coisas, em termos de qual o modelo de relacionamento que existe nessa perspetiva, onde é que estão os serviços de interesse geral... Já agora, puxo também para o meu lado, porque sou presidente do CEEP Portugal (Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral) e, portanto, tenho por minha responsabilidade questionar a história dos serviços de interesse geral. Os serviços de interesse geral deste País e, nomeadamente, os serviços de transportes, em que o Metropolitano se situa, são tratados, desculpem a expressão, «abaixo de cão»! Não há, efetivamente, uma organização e um modelo de organização que se perceba e que se responsabilize sobre esta história dos serviços de interesse geral e este processo de organização. Quem é que faz

isto tudo ou tenta fazer isto tudo? Os gestores públicos, que, por sua vez, são, claramente, apontados a dedo como os maiores incompetentes que existem em todo este contexto! Alguns deles, depois, até sobem para cargos políticos importantíssimos em Governos, mas, nessa altura, deixam de ser aquilo de que eram acusados.

Esta questão tem a ver com tudo isto e nós assumimos claramente que somos responsáveis pela gestão dos dinheiros públicos que estamos a fazer, mas o que não podemos é fazer milagres, porque, se, de facto, o modelo de funcionamento que existe não permite efetivamente a atribuição da responsabilização pela gestão e daquelas que são as responsabilidades dos acionistas e dos reguladores, a partir daí, lamento muito, mas entramos num domínio em que, eventualmente, todos nos sentimos mal e, depois, numa altura qualquer, é difícil chegar e dizer «a responsabilidade é daquele senhor, daquela senhora ou daquela entidade».

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Penso que não há quaisquer dúvidas de que há uma partilha de responsabilidades entre vários agentes que tiveram papéis importantes durante estes anos, e começo por um desses agentes, que é a banca.

Em 2003 ou em 2000, a contratação de *swaps* não era tão banalizada ou generalizada como veio a ser depois. E já nos disseram aqui, claramente, que, em muitos casos, a contratação de *swaps* era uma condição essencial para que a banca concedesse financiamento. Já percebemos que esse não era o caso, entre 2000 e 2003, no Metro de Lisboa, mas gostava de saber quem é que teve a iniciativa, ou seja, se foi a banca que teve a iniciativa de ir ter com o Metro de Lisboa e propor estes contratos ou se foi o Metro de

Lisboa que entendeu que era uma boa opção, por uma questão de proteção de risco ou por outros motivos, e foi ter com a banca, a pedir estes contratos. E faço esta pergunta, porque eles, de facto, nessa altura, não eram generalizados noutras empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — A resposta é simples, Sr.^a Deputada: era a banca que nos vinha propor a realização destas operações.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Relativamente aos contratos em particular, já aqui foi dada alguma informação, mas há um contrato do Santander, que é um contrato de setembro de 2002, com um valor nominal de 99 milhões, o qual foi, entretanto, reestruturado várias vezes e tinha, em 2012, um valor de mercado de menos 204 milhões, ou seja, muito mais do dobro do seu valor nominal.

É lógico que este contrato foi reestruturado muitas vezes, mas este contrato foi assinado em 2002 e tinha uma maturidade de 20 anos, até 2022. Mesmo tendo uma estrutura simples, sabemos que não há normalidade económica em 20 anos. É uma coisa que não existe! Existem ciclos económicos e, portanto, em 20 anos, não existe normalidade económica.

Portanto, a minha pergunta é esta: para contratar um *swap* com uma maturidade de 20 anos, em que é suposto as taxas de juro variarem numa banda relativamente inflexível ou diminuta, alguma vez houve preocupação

em acautelar cláusulas de cancelamento de contratos que protegessem o Metro de Lisboa, se a coisa pudesse vir a correr mal? É que, de facto, em 20 anos, a hipótese de uma crise ou de alguma coisa acontecer é elevada. Portanto, existia essa preocupação de acautelar e potenciar, relativamente ao futuro, as variações da taxa de juro?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Sr.^a Deputada, não houve essa perspetiva de assumir que — sei lá — de 5 em 5 anos ou de 10 em 10 anos havia uma crise que levava a que, efetivamente, acontecesse aquilo que está a acontecer agora.

Havia, com certeza, e houve, claramente, uma perspetiva daquela que era a evolução previsível ou que nós prevíamos e considerávamos aceitável de evolução das taxas de juro. E essa evolução, obviamente, não era linear, em termos de subida, não era uma subida constante, tinha os seus picos, mas tinha, efetivamente, ao longo dos 22 anos, uma perspetiva de equilíbrio positivo em relação aos resultados para a Metropolitano de Lisboa. E daí ter sido subscrito nessa base.

Portanto, não posso dizer que tinha de inserir uma cláusula de rescisão, se as taxas de juro caíssem ou se houvesse uma crise económica como aquela que hoje estamos a viver. Isto, efetivamente, não foi ponderado, aquilo que foi ponderado e feito foi, como lhe disse, em função daquelas que eram as perspetivas de evolução das taxas de juro, da Euribor a 6 meses, que, como também lhe disse, tinha períodos de baixa e tinha períodos de subida, e foi, efetivamente, em termos médios, aquilo que nos interessava fazer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Falámos aqui sobre o que é que pode ou não ser uma gestão prudencial ou uma boa gestão de dinheiros públicos. Disse, há pouco, que se recusa a comentar a gestão de colegas seus (compreendo e não vou pedir que o faça), mas gostava de ter uma opinião sua, enquanto gestor público, sobre este tipo de contratos.

O que quero perguntar-lhe é se acha prudente fazer contratos financeiros, nomeadamente, contratos de *swap*, indexados a moedas que não o euro ou o escudo, indexados a taxas de juro que não a taxa de juro europeia, com cláusulas que implicam taxas de cupão em *snowball* que vão sempre aumentando, ou *swaps* que não têm limite para os prejuízos, não têm nem um *cap* nem um *floor* e, portanto, que podem sempre...

Enquanto gestor, fá-lo-ia? Acha uma ação de gestão prudente contratar estes tipos de *swaps* que são considerados altamente complexos por todos os relatórios que os analisaram, especulativos por muitos relatórios que os analisaram e que, de facto, têm uma complexidade que torna muito complexo sequer perceber como é que esta evolução é feita. Fá-lo-ia se fosse, hoje, gestor de uma empresa pública?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frاسquilho: — Enfim, se fosse gestor e fosse confrontado com uma situação dessas, claramente que não.

A minha resposta seria não por várias razões.

Em primeiro lugar, porque a Euribor é a taxa de juro de referência europeia, e não só europeia, mas basicamente europeia, portanto, não faz sentido, do meu ponto de vista, que utilizemos outro tipo de referenciais.

Em segundo lugar, fugir efetivamente daquilo que são as taxas de juro e as bases das taxas de juro, penso, também não faz sentido absolutamente nenhum, ou seja, passar a usar, só como exemplo, «a cotação do barril de petróleo» para fazer uma operação destas é óbvio que para alguém do Metropolitano de Lisboa não faz sentido.

Já poderia fazer sentido (atenção, porque há coisas que às vezes não consideramos e temos de ponderar) se por acaso eu estivesse na CP e tivesse locomotivas a *diesel*, portanto, tinha um contrato de fornecimento de petróleo ou de combustível, e talvez por aí pudesse ter referências realistas daquilo que se ia passar em termos de mercado. Em qualquer dos casos, por princípio, não faria operações dessas associadas a outros referenciais que não fossem as taxas de juro.

No que respeita a não comentar a gestão dos meus colegas, não é uma questão dos colegas em si, é da própria instituição. Quando deixo as instituições, tenho todo o respeito por elas, não quero ouvir falar mais daquilo que se está lá a fazer, porque às duas por três posso começar a ficar traumatizado por coisas que possam estar a ser feitas e com as quais não concorde.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Não falava só das empresas onde estive, mas das várias empresas públicas, porque, quando falamos de gestores públicos, também falamos das pessoas e dos gestores que tomaram estas decisões de contratar este tipo de *swaps* altamente especulativos, e certamente uma parte da responsabilidade ser-lhes-á atribuída.

Tenho uma última pergunta para fazer — já o referiu várias vezes e tem sido também uma constante nesta lista de responsabilidades a atribuir

para além dos próprios gestores públicos e da banca — que diz respeito ao modelo de financiamento das várias tutelas e à forma como os vários governos foram gerindo e financiando as empresas públicas.

O que quero perguntar-lhe é se pensa que durante o período em que passou por várias empresas públicas, e à luz do que conhece destas políticas de financiamento, a falta de uma política concertada, orientada e estruturada para o financiamento do investimento das empresas públicas as colocou numa posição de fragilidade perante a banca que em muitos casos tornou muito mais difícil recusar a contratação destes *swaps* ou fez mesmo com que caíssem na tentação de contratar *swaps* ou instrumentos financeiros para aumentar os lucros ou para resolver problemas de financiamento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Diria que sim. Inequivocamente, sim, infelizmente!

Já agora, permitam-me que vos diga, só porque isto tem evoluções e maneiras de ver as coisas e de funcionar, que às vezes são estas empresas que ajudam o Estado e outras vezes era o Estado que deveria ajudar essas empresas e não o faz.

Quando refiro que as empresas ajudam o Estado, dou apenas um exemplo: quando era administrador dos CTT, em 1980, andei a negociar um financiamento de 50 milhões de dólares que não eram para os CTT, eram para o Banco de Portugal, pois este tinha muito mais dificuldades em obter dólares do que os CTT. Isto é só para dar o primeiro exemplo.

Por outro lado, como presidente da REFER, tive ocasião de propor, por variadas vezes, um modelo de financiamento, ou de suporte de

financeiro, para o funcionamento de uma empresa que ia tratar de infraestruturas.

Cheguei ao Metro e tentei fazer no Metro, internamente — hoje, penso que está a funcionar, não sei, porque dentro do tal princípio que referi não faço perguntas sobre isso —, a separação das diferentes atividades que o Metropolitano tem com contas de exploração separadas, para se perceber qual é a responsabilidade, dentro do funcionamento do sistema, que efetivamente é imputável ao Estado e aquilo que é imputável à gestão da empresa.

Por exemplo, se tenho que fazer uma ligação do Metro... Só para dar outro exemplo de algo que fizemos, e ainda bem que o fizemos, tenho muito orgulho em tê-lo feito dessa maneira, embora mais tarde sejam capazes de vir dizer: «gastou aproximadamente quatro milhões de euros para uma coisa que está fechada». É verdade, a ligação da Expo até Sete Rios era para ficar ali, só que o que é que aconteceria? Num processo futuro de expansão do Metropolitano de Lisboa sucederia aquilo que acontece no Rato: no Rato, quando o Metropolitano de Lisboa quiser prolongar a linha, vai chegar à Estrela a 30 metros de profundidade. Sabem porquê? Porque as carruagens não estacionam na vertical, têm de estacionar na horizontal. E então o que é que fizeram? Ligou-se o Rato à Avenida Álvares Cabral e aquilo está enterrado lá por baixo.

Em Campolide íamos fazer o mesmo disparate. Portanto, fora disso, o Metropolitano de Lisboa assumiu — eu assumi e nós assumimos! — que efetivamente se prolongava aquela linha até ao Alto de Campolide. Isso está feito. Há uma estação no Alto de Campolide que está fechada. Quem a pagou? O Metropolitano de Lisboa. Mas vai poupar, no futuro, quando fizer a expansão da rede de ligação desse polo.

Estas questões todas têm de ser discutidas, ou deveriam ser discutidas, e aprovadas num plano de longo e de médio prazos com as partes técnica e financeira. Infelizmente, isso não existe.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Queria agradecer muito a presença do Dr. Manuel Frasquilho.

Não tenho mais perguntas para lhe colocar, mas acho que o que disse é também importante para concluirmos que muitos dos problemas financeiros que as empresas públicas enfrentam hoje não se devem necessariamente a problemas operacionais, nem a excesso de trabalhadores, nem a excessos que são apontados hoje em dia, mas em grande medida a uma falta de gestão de longo prazo e a graves problemas financeiros que se colocaram igualmente devido à forma como estas empresas foram geridas pela tutela.

O Sr. Presidente: — Agora, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Manuel Frasquilho, queria agradecer a sua presença nesta Comissão.

O conjunto de respostas dadas às perguntas já colocadas pelos meus colegas, durante esta manhã, foi muito esclarecedor no que respeita à forma como o Sr. Doutor se manteve na sua administração e o tipo de gestão que fez enquanto aí esteve.

Deixe-me dizer-lhe que está a ser ouvido nesta Comissão de Inquérito porque esteve três anos na administração e a Comissão de Inquérito começou precisamente a estudar os anos 2003 a 2013.

Portanto, está cá por essa coincidência e também porque, como já referiu aqui, há oitos contratos *swap* efetuados no período em que estava na administração.

Já foi aqui dito, e até de forma muito clara, pelo Deputado Paulo Sá (eu ia fazê-lo a seguir, mas ele já o fez de uma forma muito clara e esclarecedora) que todos os contratos efetuados — isso está demonstrado nos documentos que temos — no período em que esteve na administração são contratos *vanilla swap*, portanto, não introduzem um risco acrescido.

Todavia, não posso deixar de colocar-lhe uma questão que de alguma forma já foi aqui colocada, mas ainda assim quero ouvir a sua opinião, até porque é fundamental ouvirmos a opinião de quem afirmou aqui que a prudência na gestão pública é fundamental - disse-o várias vezes, penso que a palavra foi utilizada mais do que uma vez.

A verdade é que durante o período em que esteve na administração contratou esses contratos, sendo que alguns deles têm perdas. Mas, como é evidente, não é pelo facto de terem perdas acumuladas que estamos a discutir a qualidade dos contratos. Se todos os contratos tivessem perdas, mas tivessem sido bem feitos, a questão da existência de uma comissão de inquérito não se colocava.

Esta Comissão de Inquérito surge, e há decisões tomadas pelo Governo em relação a esta matéria, porque há contratos que introduzem acréscimos de risco e prejuízos claros para o Estado.

Há vários contratos feitos no período em que esteve na administração que foram reestruturados mais tarde — tenho comigo alguns dados; a seguir, vamos ouvir os presidentes da empresa e colocaremos as questões

— tendo sido introduzidos novos fatores de risco. Esses contratos têm, por exemplo, 16,8% de taxa de juro, 21% de taxa de juro, pelo que introduzem um enorme risco acrescido.

A minha pergunta é esta: mas, então, as pessoas que fizeram os contratos não têm responsabilidade?

Há bocado, o Sr. Doutor fez referência ao facto de se estar a — acho que as palavras não são suas — diabolizar os gestores públicos. Penso que não é essa a questão, esta Comissão não tem essa missão, mas apenas a de apurar as responsabilidades e os procedimentos que foram adotados.

A pergunta que lhe coloco é a seguinte: qual é a sua opinião sobre essa matéria? Fazia sentido introduzir fatores de risco acrescido, quando havia contratos que tinham só cobertura de taxa de juro?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Sr. Deputado, a minha primeira resposta é não! Eu ficaria por aí.

Porém, há questões que não conheço, que não vivi, em que não participei, pelo que não tenho informação sobre elas, e daí ter algum cuidado nos comentários que possa fazer em relação a isso. Porquê? Porque há circunstâncias que as pessoas viveram e que as levaram, eventualmente, a assumir determinado tipo de posições.

Não faço ideia nenhuma dessas circunstâncias. Sei uma coisa: sei que uma gestão prudencial não deve, do meu ponto de vista, evitar que as empresas e a vida continuem e se desenvolvam, ou seja, ser prudente não significa ficar parado. Contudo, isso depende das realidades que na altura surgem e que podem condicionar, ou não, a assunção de um determinado tipo de posições. Não sei quais essas realidades.

Por isso, no que respeita às reestruturações que foram feitas, penso que os colegas que cá vierem (não sei se já vieram se não; não tenho acompanhado em detalhe o que se passa e quem cá vem ou não vem), eventualmente, terão explicações para isso.

Do meu ponto de vista, do ponto de vista técnico, olhando apenas para a referência que fez em termos das operações, diria não.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Doutor, agradeço a sua resposta.

Evidentemente, não estou a solicitar que comente a gestão de outros colegas. Percebo que não responda a isso, mas não é essa questão.

A comparação que pretendo fazer, aqui (acho que é fundamental que se faça), é a de que é possível e desejável uma gestão prudente, uma gestão cuidada, que não introduza fatores de risco na decisão, quando se trata de dinheiros públicos. É disso que estamos aqui a falar.

O Sr. Doutor, durante esta audição, já demonstrou por palavras suas — e estou a pegar nas suas palavras — que é possível fazer essa gestão prudente que obriga os gestores públicos a tomarem decisões ponderadas, sustentadas em estudos aprofundados, sustentadas em análises de sensibilidade das decisões que tomam e suportadas em avaliações de cenários. Todas estas questões que estou a colocar-lhe são relativas à pergunta que quero fazer-lhe.

Na altura em que contratou as operações (pergunto-lhe isto só para perceber de que forma é que foram feitos os contratos no período em que esteve na gestão) analisou todos estes cenários de risco nessas operações ou isso não foi necessário? Na altura, foram-lhe apresentadas operações

diferentes daquelas que foram contratadas ou não? Quem é que tomou as decisões naquele momento?

Já aqui disse — e gostava de registá-lo como um dado muito positivo, pois não ouvimos todas as pessoas a fazê-lo nesta Comissão; é uma opinião pessoal, mas gostaria que mais pessoas o fizessem — que assumia totalmente as suas responsabilidades nas decisões que tomou e também que era responsável pela área financeira na empresa. Portanto, de alguma forma assumiu claramente que levava à administração as posições que o Sr. Doutor defendia.

Por ora, deixei-lhe as questões a que gostaria que respondesse.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frاسquilho: — Em relação à primeira questão, efetivamente, nós fazíamos a apreciação das propostas que nos eram enviadas.

Como disse, algumas entravam diretamente para o diretor financeiro, portanto, ele fazia as análises com todas as informações e a seguir enviava-me, para que pudesse fazer a minha própria análise. E havia análises que eu devolvia pedindo esclarecimentos adicionais; isso aconteceu em muitos casos sobre processos de financiamento do Metropolitano. Portanto, fazíamos, efetivamente, uma análise das perspetivas de evolução das taxas de juro.

Como eu já disse, fizemos operações apenas com taxas de juro da Euribor, não com outros referenciais, portanto, era sobre as taxas de juros que tínhamos informação e íamos procurar, junto de algumas instituições internacionais, aquelas que eram as previsões efetivas de... A partir daí, fazíamos o nosso julgamento e, naturalmente, aí, nesse julgamento, enfim,

admito perfeitamente que possamos ter expectativas mais otimistas ou mais pessimistas em relação àquilo que poderia, ou pode ser e foi, a evolução do mercado.

Quanto à questão da minha responsabilização, isso está fora de causa. Tudo aquilo que fiz ao longo da minha vida profissional, seja no Metropolitano de Lisboa seja nas outras empresas onde estive, estarei sempre disponível para assumir as responsabilidades daquilo que fiz. Fi-lo com consciência daquilo que estava a fazer, não o fiz com questões ou por questões materiais fora destes cumprimentos morais e éticos. Portanto, não tenham a mínima dúvida de que não terei qualquer problema em assumir as minhas responsabilidades, se chegarem à conclusão de que sou responsável por alguma destas operações em termos dos prejuízos ocorridos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Doutor, vou colocar-lhe algumas questões muito diretas, só para termos aqui alguns esclarecimentos sobre a forma como a empresa funcionava, enquanto era Presidente, porque temos algumas respostas a dar, digamos, no âmbito desta Comissão de Inquérito. E, portanto, há quatro questões a que temos de responder ao Parlamento e é importante que fiquem no relatório.

O Tribunal de Contas alguma vez interveio sobre as operações efetuadas na sua administração, nestas operações de *swaps*?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — O relatório que, enfim, que conheço, que me foi enviado pelo meu sucessor, o Eng.º Mineiro Aires, porque a operação... O trabalho do Tribunal de Contas foi concluído já em 2004, mas de qualquer maneira era sobre o período de 2000-2003, e, portanto, todo esse relatório que tive ocasião de ver, inclusive com a «contestaçãõ» que o Metropolitano de Lisboa, por via do Mineiro Aires, apresentou em relação a alguns pontos, é claramente omissõ em qualquer referênciã a este tipo de questões.

Refere, claramente, tudo aquilo que se estava a fazer na empresa de reestruturaçãõ, do modelo de organizaçãõ, que iria, efetivamente, identificar aquilo que eram as parcelas financeiras, que eram de responsabilidade da conta de exploraçãõ, ou seja, da atividade corrente da empresa, e aquelas que, efetivamente, nunca poderiam ser, salvo se entrássemos num problema de preços extremamente elevados, que, naturalmente, reduzia a procura e, portanto, também não íamos lá por essa via.

Esse processo todo consta desse relatório, que foi o último, e foi o último que conheço - não sei se, depois disso, fizeram mais. Basicamente, tem uma apreciaçãõ da situaçãõ económicõ-financeira da empresa, tem uma apreciaçãõ clara sobre aquilo que foi o acidente do Terreiro do Paço, e as soluções e o desenvolvimento de tudo aquilo, e as medidas que foram tomadas para que efetivamente aquele tipo de situaçãõ não pudesse tornar a acontecer, com implícita responsabilizaçãõ do Metropolitano de Lisboa, e tinha efetivamente um conjunto de recomendações feitas ao Governo, nomeadamente, apoiando, claramente, esta separaçãõ ou a identificaçãõ daquilo que eram as responsabilidades financeiras do Estado, aquilo que eram as responsabilidades financeiras de uma gestão corrente operacional, suportada por via das tarifas.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): - Sr. Doutor, uma pergunta também muito rápida: esses contratos tinham algum limite para as perdas?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Um desses contratos e, enfim, estou a falar um bocadinho, agora, de memória, mas tenho a impressão, tenho ideia de que um desses contratos tinha um *cap*, ou seja, havia um limite... Havia um limite que já não sei precisar, sinceramente, já não sei precisar qual era, que, efetivamente, limitava ou baseava... É porque a ideia que tenho é a de que, em determinadas circunstâncias, esse *cap* funcionava como um limite máximo, onde poderia ir a taxa de juro. Mas, por outro lado, era utilizado para abater um determinado valor de taxa de juro referencial também, da Euribor, e que, depois, dava um valor líquido de pagamento ou de recebimento. É a ideia que tenho, nesta altura, não tendo os dados de informação concretos para lhe poder responder.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Doutor, enquanto pessoa com experiência na área pública e, digamos, o mesmo facto de ter estado há 10 anos numa empresa pública, num período diferente, em que as taxas de juro eram diferentes, em que, digamos, o crédito concedido às empresas era mais abundante, digamos assim, não havia tanta restrição ao crédito, eu

perguntava-lhe se considera, em relação mesmo aos *swaps*, que mesmo num período posterior, em que o crédito realmente reduziu, há dificuldades na concessão de crédito, se faz sentido termos contratos — e não estou agora a falar concretamente no caso concreto da sua administração, que isso fique muito claro —, se faz sentido que haja contratos que tenham, digamos, taxas de juro a pagar pelo Estado de 19%, havendo um potencial de crescimento até 35% num futuro próximo. Isto faz algum sentido, em termos de gestão pública?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Bom, eu diria que não, como é óbvio. Enfim, penso que toda a gente responderá que não.

Interrogo-me e volto outra vez, desculpem lá, mas volto outra vez ao modelo que existe... É porque uma coisa é ser diretor financeiro de uma empresa e, para além disso, ser responsável lá pela contabilidade e pela tesouraria e por não sei quê, não sei quê... Ter alguma informação, naturalmente, financeira, umas taxas de juro, uma evolução das taxas de juro, umas coisas desse género... e a outra coisa, claramente diferente, é ser um especialista de mercado financeiro. São coisas totalmente diferentes!

E, portanto, efetivamente, o modelo que existe, e que existiu e continua, penso eu que continua, enfim, embora hoje atenuado, visto que as dívidas dessas empresas já têm que entrar nos cálculos para a dívida pública, o que é facto é que houve um afastamento claro daquilo que eram, ou que deveriam ser, as competências técnicas da parte do Governo, que deveria ser o acionista, que deveria ter as competências técnicas para poder fazer uma apreciação técnica disto.

Logo, as empresas não poderiam ou não deveriam poder fazer este tipo de operações, pura e simplesmente, porque fizeram uma análise, com todo o suporte das informações e não sei quê... «Chegámos à conclusão de que, sim, senhor, vamos fazer...» Bom, isto deveria ter, do meu ponto de vista, alguma base de autorização de especialistas. E a grande questão que, eventualmente, se coloca é: «Bom, mas quem é o especialista que deve fazer este tipo de apreciação?» E, aí, segunda questão que era importante também colocar aqui, que é: nesse modelo, quais são os *timings* de resposta desse organismo especialista? Porque, muitas vezes, as coisas pediam-se e ficávamos, eternamente, à espera, até que alguém «perdia a cabeça» e dizia «Olha, vamos embora e acabou, porque, senão, nunca mais saímos daqui».

Estas questões todas têm a ver com o modelo existente. E, do meu ponto de vista, há que refletir sobre o modelo e há que assumir, claramente, aquilo que são responsabilidades da gestão corrente, com competências técnicas, que têm que existir, mas com especialistas... Não estou a ver que exista um especialista do Metropolitano de Lisboa ao nível do Ministério das Finanças ou do Ministério das Obras Públicas, mas tenho que exigir que, no Metropolitano de Lisboa, haja especialistas de como se faz um metro e como se explora um metro, e como se fazem as infraestruturas desse metro.

Bom, mas também não percebo, ou não vou exigir que exista um gabinete de especialistas financeiros no Metropolitano de Lisboa para fazer as operações financeiras ligadas com este tipo de operações. Isso deve existir noutra organismo qualquer. É no Estado? É numa Parpública? É na Direção-Geral do Tesouro? *Anyway*, como diziam os americanos...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Doutor, há um bocado, coloquei-lhe essa questão, a propósito dos 19%-35%, porque... Só para percebermos que o Governo teve de tomar decisões, em relação à responsabilização de pessoas que tiveram, digamos, passo a expressão, a responsabilidade de assumir contratos que tiveram esse tipo de prejuízos. Esse é que é o ponto. Não é o facto de haver um prejuízo numa operação, já aqui referenciado, mas é o tipo de contrato que é estabelecido.

O Sr. Doutor acaba por dizer, e muito claramente, que, durante esse período — e, agora, essa é a minha interpretação, e também lhe pedia um seu comentário —, houve um período muito longo, digamos, da vida portuguesa e das empresas públicas, num crescimento exponencial, digamos, do endividamento público nas empresas públicas, em que não houve, pelo que se está a perceber, um acompanhamento, como deveria, deste tipo de operações, que elas próprias introduziam riscos que não deviam introduzir.

É evidente, é claro e, cada vez mais, é mais claro que a responsabilidade é dos gestores públicos que tomaram essas decisões, já aqui foi dito por várias entidades, que também foram ouvidas nesta Comissão - e pedia um comentário final, e terminava desta forma... A verdade é que este Governo - e é o comentário que eu lhe pedia -, quando tomou posse, tomou decisões, a seguir, em relação a estes contratos, fez uma análise de todos os contratos, e concluiu que havia 56 contratos, em seis empresas públicas, e, portanto, não em todas as empresas públicas, mas em seis empresas públicas... Portanto, esta ideia que se diz muitas vezes, que resultados, no final do jogo, são fáceis, não é no final do jogo! Temos de perceber como é que o jogo foi montado, inicialmente — não é nenhum jogo, aliás! — como é que o contrato foi estabelecido.

E, portanto, o que se esteve aqui a avaliar foi um conjunto de contratos, com complexidades acrescidas, com, digamos, problemáticos (que é a palavra que surge até no relatório do IGCP), contratos problemáticos que introduziram risco acrescido. A verdade é que houve a necessidade de tomar decisões em relação a esses contratos, e houve necessidade de introduzir um outro fator - e é essa a questão que lhe colocava, pelo menos, para um comentário em relação ao que eu vou dizer - que é, introduziu o IGCP, que fique obrigado a dar parecer para estas operações.

A questão que lhe colocava é: se tudo isto, se houvesse uma decisão tomada ao longo dos últimos anos, anteriores, digamos assim, poder-se-ia ter evitado este 3,3 mil milhões de euros de perdas potenciais, e particularmente o Metro de Lisboa, que tem quase metade ou praticamente metade daquilo que são as perdas potenciais nestes contratos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Bom, Sr. Deputado, eu respondia-lhe ou, melhor, começava por responder um bocadinho, utilizando a expressão que eu, há bocado, também já disse, que, agora, o Sr. Deputado voltou a usar, que é a de «à segunda-feira, eu sei os resultados do Totobola»... Bom, não há dúvida nenhuma... É o IGCP. Muito bem! A questão que eu coloco e volto para o modelo... E volto para o modelo em termos de que é necessário que, efetivamente, haja um planeamento operacional e financeiro, que permita efetivamente olhar para essas empresas e dizer como é que isso se resolve, e com as instruções que, com as análises técnicas, que são feitas pela componente técnica das

empresas naquilo que é operacional, por uma análise financeira daquilo que são especialistas no mercado financeiro. IGCP? Ótimo! Com respostas a tempo e horas! Se não for assim, continuaremos..., peço desculpa, mas continuaremos com a «sopa de pedra»: a mexer, a mexer, a mexer, mas não vamos a lado nenhum.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, concluímos a primeira ronda de perguntas e eu olho à volta para saber se há algum sinal para continuarmos... Ou podemos dar por concluída esta audição?

Pausa.

Creio que é essa a conclusão que podemos todos tirar e, portanto, agradeço ao Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho, mais uma vez, a disponibilidade para prestar o seu depoimento nesta Comissão e damos por concluída esta nossa sessão.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. De qualquer maneira, estou à vossa disposição e, se necessitarem, terei muito prazer e muito gosto em voltar aqui.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Doutor. Muito obrigado.

O Sr. Dr. Manuel Alcindo Antunes Frasquilho: — Muito obrigado e bom dia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

Está encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 43 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.